

Farol Alto

Fernando Henrique Cardoso fez ontem importante balanço sobre as realizações dos primeiros sete meses do ano, antes de apontar as metas prioritárias de seu governo daqui para a frente e se submeter a uma entrevista coletiva. De saída, afastou a versão falaciosa de que sua suposta obsessão com a estabilização se exerce a expensas da redistribuição da riqueza social.

O raciocínio é lúmpido: ao passar de uma inflação anual de 5.000% no ano passado para algo em torno de 24,25% este ano, mantidas as tendências em curso, os brasileiros de baixa renda registraram importante aumento real de salário, expresso pelo custo da cesta básica.

As tendências são extremamente positivas: crescimento da taxa de investimento, queda no desemprego, tendência sustentada de queda da inflação, fantasma da crise cambial contornado, com reequilíbrio da balança comercial, taxas de juros que começam a baixar e redução dos compulsórios. Em suma: a economia venceu turbulências conjunturais e toma rumo definido.

As lamúrias dos catastrofistas continuam a fazer coro com o desgosto dos antigos sócios da inflação. É a soma dos coveiros antecipados com os nostálgicos do capitalismo especulativo. Pretendem um desenvolvimento a todo custo, ou seja, inflacionário, o que levaria imediatamente a uma redução das rendas menores.

Querem voltar atrás. Mas o governo diz que o Brasil tem de ir em frente: o Brasil está mudando e

quer continuar a mudar. Para isso, as próximas etapas para garantir a sustentabilidade são as reformas tributária e administrativa. Para investir com vigor em saúde, educação, segurança, agricultura, é preciso antes corrigir as distorções da carga tributária e estancar a perda constante de receitas pelo Estado.

Grosso modo, um terço da receita da União vai para o pessoal e a previdência. Depois das transferências constitucionais para os estados e os municípios, o que sobra é muito pouco. As medidas propostas são conhecidas: simplificação tributária, desengessamento, combate à sonegação, fechamento de brechas no ICMS, fortalecimento dos impostos diretos, transferência do ITR para os estados, nova legislação para Imposto de renda de pessoas jurídicas (de 4 milhões de empresas registradas, apenas 750 recolhem Imposto de Renda).

O objetivo é o de desonerar a atividade produtiva e a exportação e estimular a competitividade. Para isso, a reforma administrativa é complementar. Alguns estados da Federação gastam de 70% a quase 100% de seus recursos com a folha. Em breve, para dois funcionários ativos, ter-se-á um inativo, isto é, recebendo sem trabalhar, sem falar nos pensionistas. Aí entram o tabu da estabilidade do funcionalismo, que pode servir de proteção à incompetência e à negligência, e o combate ao inchaço de empregos pela extinção de cargos.

Eis as prioridades. E o pedido do presidente: deixar de olhar para trás, não cultivar tempestades em copo dágua, deixar os ressentimentos, farol alto, porque o Brasil está aprumando e o futuro é nisso.